

**DA LIBERDADE INDIVIDUAL À LIBERDADE COMO AÇÃO POLÍTICA:
UM DIÁLOGO ENTRE FOUCAULT E HANNAH ARENDT PARA PENSAR A
EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

**FROM INDIVIDUAL FREEDOM TO FREEDOM AS POLITICAL ACTION: A
DIALOGUE BETWEEN FOUCAULT AND HANNAH ARENDT TO THINK
ABOUT CONTEMPORARY EDUCATION**

**DE LA LIBERTAD INDIVIDUAL A LA LIBERTAD COMO ACCIÓN
POLÍTICA: UN DIÁLOGO ENTRE FOUCAULT Y HANNAH ARENDT PARA
PENSAR LA EDUCACIÓN CONTEMPORÁNEA**

Raquel Augusta Melilo Carrieri¹
Renata Fernandes Maia de Andrade²

RESUMO

Ao longo do tempo, a expressão 'liberdade' é recuperada como uma poderosa ferramenta retórica para justificar comportamentos que desvalorizam a prática da coletividade. A título de ilustração, observa-se o surgimento de indivíduos que ocupam o cenário político institucional e, ao se autodenominarem como defensores da liberdade, manifestam opiniões com o potencial de serem ofensivas para segmentos da sociedade, geralmente minorias. A análise desse cenário, portanto, requer uma abordagem cuidadosa do conceito de liberdade que possibilite a expansão do horizonte de interpretações para se compreender o processo histórico que enriqueceu o conceito de liberdade com diversos significados e simbolismos. Nesse sentido, o artigo pretende examinar ideias e concepções de liberdade de dois autores que examinam esse constructo à luz do pensamento filosófico. Como contribuição ao debate público, busca-se realizar uma síntese que dialogue com as análises realizadas e o contexto escolar contemporâneo. Para atender a esse objetivo, realizou-se uma breve revisão bibliográfica acerca do pensamento de Michael Foucault e Hanna Arendt e uma análise qualitativa dessa bibliografia. Logo, a nossa reflexão, sobre o complexo e controverso conceito de "liberdade de expressão", busca indicar que, inicialmente, devemos abordar a liberdade como um termo polissêmico, carregado de sacralidade e permeado por paixões ideológicas. Nossa reflexão também é um convite sobre o papel da escola na promoção de aprendizados e condutas libertárias, destacando princípios educacionais que reafirmem a importância da convivência em detrimento da autonomia muitas vezes aclamada, mas por vezes desconsiderada.

Palavras-chave: liberdade; Michael Foucault; Hanna Arendt; educação básica.

¹ Doutora em Geografia UFMG, <https://orcid.org/0000-0002-5068-7993>, raquelmelilo.ead@gmail.com.

² Doutoranda em Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC, <https://orcid.org/0000-0002-6613-244X>, renatafma0212@gmail.com.

ABSTRACT

Over time, the expression 'freedom' is recovered as a powerful rhetorical tool to justify behaviors that devalue the practice of the collective. By way of illustration, we can observe the emergence of individuals who occupy the institutional political scene and, by calling themselves defenders of freedom, express opinions that have the potential to be offensive to segments of society, generally minorities. The analysis of this scenario, therefore, requires a careful approach to the concept of freedom that allows the expansion of the horizon of interpretations to understand the historical process that enriched the concept of freedom with diverse meanings and symbolism. In this sense, the article intends to examine ideas and conceptions of freedom from two authors who examine this construct in the light of philosophical thought. As a contribution to the public debate, we seek to create a synthesis that dialogues with the analyzes carried out and the contemporary school context. To meet this objective, a brief bibliographical review was carried out on the thoughts of Michael Foucault and Hanna Arendt and a qualitative analysis of this bibliography. Therefore, our reflection on the complex and controversial concept of "freedom of expression" seeks to indicate that, initially, we must approach freedom as a polysemic term, loaded with sacredness and permeated by ideological passions. Our reflection is also an invitation to the role of the school in promoting libertarian learning and conduct, highlighting educational principles that reaffirm the importance of coexistence to the detriment of the autonomy that is often acclaimed, but sometimes disregarded.

Keywords: freedom; Michel Foucault; Hannah Arendt; basic education.

RESUMEN

Con el tiempo, la expresión 'libertad' se recupera como una poderosa herramienta retórica para justificar conductas que devalúan la práctica de lo colectivo. A modo de ilustración, podemos observar el surgimiento de individuos que ocupan la escena política institucional y, al autodenominarse defensores de la libertad, expresan opiniones que tienen el potencial de resultar ofensivas para segmentos de la sociedad, generalmente minorías. El análisis de este escenario, por tanto, requiere un acercamiento cuidadoso al concepto de libertad que permita ampliar el horizonte de interpretaciones para comprender el proceso histórico que enriqueció el concepto de libertad con diversos significados y simbolismos. En este sentido, el artículo pretende examinar ideas y concepciones de libertad de dos autores que examinan este constructo a la luz del pensamiento filosófico. Como aporte al debate público, buscamos crear una síntesis que dialogue con los análisis realizados y el contexto escolar contemporáneo. Para cumplir con este objetivo se realizó una breve revisión bibliográfica sobre el pensamiento de Michael Foucault y Hanna Arendt y un análisis cualitativo de esta bibliografía. Por tanto, nuestra reflexión sobre el complejo y controvertido concepto de "libertad de expresión" busca indicar que, inicialmente, debemos abordar la libertad como un término polisémico, cargado de sacralidad y permeado por pasiones ideológicas. Nuestra reflexión es también una invitación al papel de la escuela en la promoción del aprendizaje y la conducta libertaria, destacando principios educativos que reafirman la importancia de la convivencia en detrimento de la autonomía muchas veces exaltada, pero a veces ignorada.

Palabras clave: libertad; Michel Foucault; Hannah Arendt; Educación básica.

INTRODUÇÃO

De tempos em tempos, a palavra “liberdade” é resgatada como uma valiosa ferramenta discursiva para validar um conjunto de comportamentos que desqualificam o exercício da coletividade. Como exemplo, assiste-se à emergência de sujeitos que ocupam a arena política institucional que, ao se autoproclamar como porta-vozes da liberdade, expressam opiniões com potencial ofensivo a setores da sociedade, normalmente minorias. Neste sentido, a liberdade parece adquirir maior importância do que a garantia do bem comum e do respeito mútuo. O exemplo ajuda a pensar no plástico e polêmico constructo “liberdade de expressão” e fornece indícios de que devemos, num primeiro momento, tratar a liberdade como um termo polissêmico eivado de sacralidade e impregnado de paixões ideológicas. Além disso, e mais importante, a construção social do que deveria ser a liberdade, enquanto exercício individual e direito civil, é um convite à reflexão sobre o papel da escola no desenvolvimento de aprendizagens e práticas de liberdade que coloquem em relevo princípios educativos que resgatem a ideia de convivência em detrimento do tão aclamada e, por vezes, irrefletida autonomia.

A reflexão aqui sugerida faz parte de um movimento complexo e que precisa ser realizado com cautela. Repensar a liberdade e suas apropriações discursivas significa ampliar o horizonte de interpretações e entender o processo histórico que impregnou o conceito de liberdade com outros sentidos e signos. No contexto de algumas análises sobre a construção dos modos de fazer da escola do século XIX e início do século XX, a ideia de liberdade apareceu em contraposição à ideia de disciplina, como se esta negasse aquela. Em alguma medida, essa análise faz sentido. A disciplina, enquanto dispositivo de poder, adquiriu grande importância nos modos de gerir os tempos e espaços na escola, restringindo ações e regulando corpos. Mas para entender a maneira pela qual o dispositivo disciplinar atuou como regulador de liberdades é necessário resgatar Foucault, colocando em perspectiva outras obras do autor e, sobretudo, outros dispositivos de poder que atuam sobre a liberdade sem necessariamente negá-la.

Um dos dispositivos mais conhecidos da literatura foucaultiana, em função das análises que o autor empreendeu sobre a loucura, a sexualidade e as prisões, é o dispositivo disciplinar. Ao analisar especificamente o poder de polícia, que explicaremos a seguir, Foucault desloca seu olhar para o dispositivo de segurança, porém não como substituto ao dispositivo disciplinar. Os dois coexistem no mesmo

campo de estratégias políticas de controle e coerção social, mas enquanto a disciplina é exercida sobre o corpo dos indivíduos, a segurança atua sobre o conjunto da população. A disciplina, por definição, regulamenta tudo, não deixa escapar nada. Já o dispositivo de segurança tende perpetuamente a se ampliar. Novos elementos são o tempo todo integrados. Integra-se a produção, a psicologia e outros fatores com o objetivo de exercer controle sobre o corpo e a mente dos indivíduos. Trata-se de deixar circuitos cada vez mais amplos se desenvolverem, ou seja, é o deixar fazer, o famoso “laisse faire”. Essa liberdade, compreendida por Foucault tanto como uma ideologia quanto como uma técnica de governo, deve ser entendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder.

O princípio de cálculo desse custo de fabricação da liberdade é o que Foucault chama de segurança. Hannah Arendt vai chamar essa liberdade fabricada de “interiorização da liberdade”. Embora as acepções sejam diferentes, os dois autores lançam luz sobre os limites da liberdade individual, enquanto direito civil, já que essa liberdade passa a ser lida por muitos (de maneira equivocada) como a garantia da mínima intervenção externa sobre os desejos e ações humanas. Há aí um ponto de convergência entre Foucault e Hannah Arendt já que os dois autores vão tecer críticas à maneira pela qual as sociedades estão se comportando em função da incorporação do ideário liberal. Mas enquanto Foucault examina essa liberdade como um novo dispositivo de poder, Hannah Arendt examina a corrosão dos princípios de convivência e o sentido de coletividade que são substituídos pelo individualismo que marca o liberalismo enquanto técnica de governo.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva resgatar a ideia de liberdade enquanto condição política e como possibilidade de renovação do senso de coletividade e convivência. Para atender a este objetivo central, o artigo pretende examinar ideias e concepções de liberdade de autores que examinam esse construto a partir de uma crítica social. Como complementação aos objetivos supracitados, busca-se um diálogo final entre as análises realizadas e o contexto escolar contemporâneo.

Para atender aos objetivos propostos, realizou-se uma revisão bibliográfica e uma análise qualitativa dessa bibliografia. Desta análise, espera-se que seja possível aclarar um pouco o debate sobre liberdade sugerindo um caminho político e ético para pensar as convivências a partir do senso de coletividade.

A LIBERDADE NO IDEÁRIO POLÍTICO LIBERAL: A CONTRIBUIÇÃO DE FOUCAULT

Para formular uma síntese, ainda que muito superficial, acerca do pensamento de Michel Foucault sobre a “arte de governar” e o liberalismo enquanto forma de governo, foram tomados como base teórica os cursos “Segurança, território e população” (1977-1978) e “Nascimento da Biopolítica” (1979), ambos ministrados no Collège de France. Os dois cursos mostram o pensamento de Foucault em movimento, na gestação de um pensamento que vai além da análise da sociedade da punição e da vigilância, para uma compreensão do modo como se exercita a soberania política através de práticas de governo que incidem sobre o comportamento dos homens e guiam, controlam e asseguram suas ações.

No curso “Segurança, Território e População”, Foucault (2008) examina as mudanças em relação às práticas de governo que exigiram novas formas de organização e de produção de determinados tipos de saber. Esta nova arte de governar, a razão do Estado, pode ser pensada sob vários aspectos. Para começar, sua formação está fundada em dois grandes conjuntos de saber e tecnologia políticos. O primeiro conjunto, a que Foucault chama de “tecnologia diplomático-militar” consiste em garantir e desenvolver as forças do Estado por um sistema de alianças e pela organização de um aparelho armado. Para o cumprimento dos objetivos a que este artigo se propõe, o foco de análise vai ser o conjunto de saber e tecnologia a que Foucault (2008) chama de polícia. Diferentemente da acepção moderna do termo, polícia designa, enquanto tecnologia de governo, todos os meios para fazer crescer, do interior, as forças do Estado.

O Estado de polícia, enquanto aquele que mantém, articula e controla as relações de poder com o objetivo de manter justamente o próprio poder, dispõe de uma série de dispositivos. Um dos dispositivos mais conhecidos da literatura foucaultiana é dispositivo disciplinar. Mas, ao analisar especificamente a polícia, Foucault (2008) desloca seu olhar para o dispositivo de segurança. Enquanto a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos, a segurança atua sobre o conjunto da população. Esta é apenas uma das diferenças.

Os dispositivos de segurança se diferem dos dispositivos disciplinares com relação a uma série de características, que vão desde a gestão do espaço, ao tratamento

do aleatório e a forma como os agentes do governo se apropriam dos saberes sobre a população.

No que tange à gestão do espaço, Foucault (2008) diz que a disciplina trabalha num espaço vazio, artificial, que vai ser inteiramente construído, modificado, objetivando-se não o controle total, mas o maior controle possível. Já a segurança se apoia em certo número de dados materiais já existentes maximizando os elementos positivos e minimizando os negativos. Enquanto a soberania capitalizava o território procurando colocar como maior problema a sede do governo e a disciplina entendia o problema como distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança agia de outra maneira. O espaço da segurança remetia a uma série de acontecimentos possíveis, passíveis de serem regularizados e transformados.

Outra importante diferença entre um Estado disciplinar e um Estado de segurança está no tratamento do aleatório. Para esclarecer melhor a questão Foucault (2008) trouxe o exemplo da escassez de alimentos. A escassez de alimentos, da maneira como ocorria entre os séculos XVI e XVIII, estava relacionada quase que diretamente à produção de cereais. Por isso, os Estados, por meio de mecanismos disciplinares, controlavam a produção para garantir que a população das cidades pudesse sempre comprar os cereais a baixo custo. O problema, recorrente, é que todos estes mecanismos acabavam por prejudicar o equilíbrio produtivo e, por conseguinte, a economia camponesa. Por esse motivo, a partir do século XVIII, por influência sobretudo dos fisiocratas, os governos começaram a apostar na livre circulação de cereais. Esta livre circulação dos cereais, conforme assinala Foucault (2008), sintetizou a aplicação dos dispositivos de segurança. Resumidamente, Foucault (2008) colocou a questão

[...] vocês podem ler o princípio da livre circulação dos cereais seja como uma consequência de um campo teórico, seja como um episódio da mutação das tecnologias de poder e como um episódio na implantação dessa técnica dos dispositivos de segurança que parece característica, uma das características da sociedade moderna (Foucault, 2008, p. 45).

Enquanto a lei proíbe e a disciplina prescreve, a segurança trabalha na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros, graças e através de toda uma série de análises e disposições. A segurança, sem proibir nem prescrever, embora usando instrumentos de prescrição e proibição, responde à realidade de maneira que esta resposta anule ou freie, ou regule esta realidade.

A disciplina é essencialmente centrípeta, ou seja, ela funciona na medida em que isola um espaço, determina um segmento. A disciplina concentra, centra e encerra. O primeiro gesto da disciplina é “circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites” (Foucault, 2008, p. 59). A disciplina, por definição, regulamenta tudo, não deixa escapar nada. Já o dispositivo de segurança tende perpetuamente a se ampliar, é, por isso, centrífugo. Novos elementos são o tempo todo integrados. Integra-se a produção, a psicologia e outros fatores. Trata-se de deixar circuitos cada vez mais amplos se desenvolverem. É o deixar fazer, o famoso “*laissez faire*”. Deixar, por exemplo, os preços subirem, deixar que as pessoas passem fome para evitar o flagelo geral da escassez alimentar.

Esta liberdade, compreendida por Foucault tanto como uma ideologia e uma técnica de governo, deve ser entendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. A liberdade nada mais é, portanto, do que o correlativo dos dispositivos de segurança, que só pode funcionar bem se permitir a liberdade no seu sentido moderno: como a “possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas, quanto das coisas” (Foucault, 2008, p.64).

A possibilidade de deslocamento, de circulação, é central para se entender os mecanismos de segurança. Enquanto os dispositivos disciplinares tendiam a repercutir de maneira mais homogênea e mais contínua sobre a vontade de uns sobre os outros, os dispositivos de segurança lidavam com espontaneidade e naturalidade dos fenômenos. A ideia do Panóptico, que Foucault desenvolve de forma bastante aprofundada na obra “Vigiar e Punir” é resgatada no curso “Segurança, Território, População” para demarcar bem a diferença entre os mecanismos de segurança e disciplinar. O Panóptico, tal qual imaginou Bentham, mesmo que inserido em um contexto moderno, era em certa medida arcaico por sintetizar a ideia de controle total. No Panóptico tratava-se de colocar no centro alguém, que seria o olho do soberano de modo que este pudesse agir sobre todos os indivíduos. Seria, para Foucault, o mais antigo sonho dos soberanos: que nenhum dos súditos escapasse e nenhum dos seus gestos fosse desconhecido. O que surge com o dispositivo de segurança é um conjunto dos mecanismos que vão tornar pertinentes, para o governo e para os que governam, fenômenos bem específicos, que não necessariamente os individuais, mas aqueles que incidem sobre o conjunto da população.

Tem-se, no dispositivo de segurança, uma população cuja natureza é tal que é no interior dessa natureza, com a ajuda dessa natureza, que o soberano deve desenvolver

procedimentos refletidos de governo. A população aparece como um conjunto de elementos que ao mesmo tempo que inserem no regime geral dos seres vivos e apresentam uma “superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas” (Foucault, 2008, p. 98). O público, noção capital no século XVIII, é a população considerada do ponto de vista de suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências.

É no escopo deste tipo de tratamento da população que começa a surgir uma mentalidade liberal. O liberalismo aparece então, não como uma doutrina econômica, mas como uma forma própria de governo. A governamentalidade liberal, para Foucault, surge como uma arte de governar formada no século XVIII que tem em seu cerne uma relação de produção/destruição da liberdade. É necessário, de um lado, produzir a liberdade mas este mesmo gesto implica que, de outro lado, se estabeleçam limites, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças sutis. É preciso haver liberdade de comércio, mas esta liberdade só poderá funcionar efetivamente se o governo controlar toda uma série de coisas, organizando medidas, prevendo ações. O liberalismo vai se apresentar, portanto, como gestor da liberdade, não no sentido do imperativo “seja livre”:

Não é o “seja livre” que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês veem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre produção da liberdade e aquilo que produzindo-a, pode vir a limitá-la e destruí-la. (Foucault, 2008, p. 87).

O liberalismo não é, portanto, a doutrina que aceita a liberdade. O liberalismo é o que se propõe a fabricá-la a cada instante. O princípio de cálculo desse custo de fabricação da liberdade é o que Foucault chama de segurança. A arte liberal de governar vai se ver obrigada a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual não constituirá um perigo ao interesse do governo. Por isso, o liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses. Resumindo, zelar para que a mecânica dos interesses individuais não interfira no jogo da dinâmica liberal requer o uso das estratégias de segurança “que são de certo modo, o inverso e a própria condição do liberalismo” (Foucault, 2008, p.89).

Essas estratégias de segurança, que tem efeito sob o indivíduo, são projetadas na população. A população, para Foucault (2008) é aquilo sobre o que o governo age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. Parece inofensivo, quando comparado aos dispositivos disciplinares, mas o poder de polícia se difere não somente em função dos seus efeitos, mas sobretudo, em função das suas sutilezas.

A liberdade, da maneira como foi apresentada por defensores do liberalismo, apareceu como uma conquista individual na formação e evolução das democracias ocidentais modernas. O imperativo tornou-se a defesa da mínima intervenção do Estado nos interesses e desejos individuais. O que Foucault estava tentando dizer e que nos atrevemos a tentar explicar é o seguinte: o Estado liberal realmente concede liberdades para que os indivíduos não sejam cerceados nos seus desejos. Mas o Estado não é um ente mítico, ele é formado por agentes que imprimem ao Estado uma racionalidade própria, formada pelo nascimento e desenvolvimento de uma arte de governar. Sendo o Estado racional, ele entende que interesses individuais não são conciliáveis. Que a liberdade de iniciativa privada e de lucro não coexiste de maneira equilibrada e justa com a liberdade dos trabalhadores, em que a iniciativa se restringe a procurar formas alternativas de sobrevivência. A gestão da liberdade, no campo de forças sobre os quais o Estado liberal atua, se funda nas tecnologias que fabricam a todo momento novos interesses com os quais se pode exercer controle sobre a população. Como exemplo está a criação de novos entendimentos sobre a produção e distribuição de riquezas. Nações periféricas que não passaram pelo estágio de promoção de bem-estar social por meio de mudanças estruturais, vão incorporar uma lógica liberal própria. A noção de iniciativa privada, como liberdade, vai ser “concedida” ao trabalhador. Mesmo que esse trabalhador não seja dono dos meios de produção, ele vai acreditar na liberdade que lhe foi concedida e o Estado terá uma massa uniforme da população desapropriada de direitos enquanto os donos dos meios de produção estarão liberados de instrumentos reguladores do trabalho.

A LIBERDADE COMO CONDIÇÃO POLÍTICA: A PROVOCAÇÃO DE HANNAH ARENDT

Como conceito arendtiano, discutir a liberdade revela-se como uma tarefa complexa, pois esse conceito para a autora é multifacetado e abordado em diversas obras diferentes, sendo ele um conceito fundamental em seu pensamento político. Assim, Hannah Arendt, traça uma trajetória filosófica e histórica recorrendo à democracia

ateniense, à república romana e a autores como Hobbes, Maquiavel e Hegel para a construção da definição de liberdade. Além de recorrer aos clássicos, a autora dialoga com a tradição cristã em Santo Agostinho e com o Liberalismo ao analisar as revoluções estadunidense e francesa do século XVIII, bem como os regimes totalitários de Hitler e Stálin no século XX. Devido a essa complexidade da construção do pensamento da autora alemã, neste trabalho, abordaremos esse conceito de forma mais objetiva.

Na Grécia e Roma antigas, a questão da liberdade se relaciona às atividades públicas por meio da ação dos cidadãos nos assuntos comuns da comunidade. Para a autora, a pólis não é uma cidade-Estado em sua localização física, mas é a organização das pessoas que resulta do agir e falar em conjunto e, por isso, seu verdadeiro espaço está entre as pessoas que vivem juntas. As atividades públicas existem sempre que as pessoas se reúnem, por palavras e atos, no espaço comum. Arendt não busca, nesse retorno à antiguidade, reavivar o passado, mas usa Grécia e República de Roma, como um exemplo para explicar a origem do sentido da liberdade.

A pensadora alemã, contrasta ainda seu conceito de liberdade com a tradição cristã. No ensaio *O que é liberdade?* Arendt defende que no cristianismo, a noção de liberdade, está no domínio interno do indivíduo e na interioridade. Arendt discorda desse sentido de liberdade que, na sua opinião, reforça a ideia de que o sujeito somente encontra a liberdade fora da esfera política pública. Para ela, é na convivência entre os seres humanos, no espaço público e na participação dos assuntos comuns, que o sujeito é livre.

Hannah Arendt inclusive, dialoga com Santo Agostinho, acerca do conceito de liberdade, pois para ele a liberdade é algo vivenciado internamente. Essa concepção agostiniana pode ser explicada devido ao contexto histórico final do Império romano vivido por Aurelius Augustinus. A ideia de liberdade passou a ser abordada como relacionada ao domínio interno, deixando de ser vivida e experimentada publicamente devido à proibição do império romano.

Nesse cenário a experiência da liberdade é marcada pelo distanciamento do mundo e vivenciada estritamente interna, reflexo da impossibilidade de ser experimentada publicamente. Logo, a liberdade somente é possível na vida ativa e vinculada ao espaço público e não dentro da solidão humana defendida por Agostinho.

A tradição cristã de liberdade originou-se com o desaparecimento dos espaços públicos, consolidando a ideia de que a liberdade é vivida na solidão. Porém, para Arendt somente é possível tomar consciência da liberdade na esfera da experiência e no

diálogo do sujeito com ele mesmo e com os outros e não na mente ou no coração do indivíduo.

Já nos processos políticos dos Estados Unidos e da França, segundo a autora, a liberdade era o objetivo dessas revoluções, pois desejava-se conquistar participação política nos assuntos públicos. Para isso, os revolucionários precisaram agir em conjunto, criando um sistema de poderes e novas instituições que envolviam a comunidade política. Porém, vale destacar que a autora considera que a finalidade dessas revoluções - alcançar a liberdade - fracassou, pois não conseguiram estabelecer a participação política de todos os cidadãos.

Ela também critica o conceito de liberdade no liberalismo, nascido no século XVIII, pois é definido como algo do âmbito privado do sujeito, onde o governo não pode interferir. Na concepção liberal, quanto mais longe da política estamos, mais livres somos, pois essa corrente compreende a política como algo relacionado exclusivamente ao Estado e ele somente é necessário para resguardar os direitos naturais, garantir a segurança, estimular o trabalho e o crescimento econômico. O espaço privado é mais importante que o espaço público. Arendt pensa o oposto.

E, nos regimes totalitários do século XX, ao buscarem o domínio total do sujeito, bem como o controle da vida social e biológica, separou-se política e liberdade, pois no totalitarismo a pluralidade humana e a esfera política desaparecem, uma vez que não existe espaço público, onde a sociedade participa dos assuntos comuns, portanto, não existe liberdade. Logo, nos regimes totalitários não se experimenta a liberdade pois esses regimes objetivam homogeneizar os comportamentos das massas e torna tudo assunto do líder. Além disso,

as massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas apenas quando se pertencia a uma classe. A principal característica do homem da massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais (Arendt, 2013. p. 285).

No totalitarismo, portanto, não existe esfera pública ou espaço de debate, pois tudo se torna assunto do líder e as massas, isoladas politicamente, têm dificuldades e empecilhos em pesar e, também, em agir.

Nesse sentido, liberdade para Arendt, está diretamente conectada com o exercício das atividades públicas. Essa concepção está diretamente relacionada ao

contexto histórico em que a autora escreve: duas guerras mundiais, regimes totalitários e as democracias liberais. Para ela

a razão de ser da política e o seu sentido é a liberdade: se os homens não tivessem a capacidade de se relacionar livremente, não haveria a política; e se os homens não tivessem a potencialidade de estabelecer sua própria realidade, a política não teria sentido algum (Rubiano, 2011. p. 8).

A concepção de liberdade da autora alemã, portanto, é que a liberdade é política, isto é,

[...] o domínio político resulta diretamente da ação em conjunto, do compartilhamento de palavras e atos. A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com a parte pública do mundo comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui. (Arendt, 2014. p. 245).

Ser livre para a autora, significa agir em um espaço público organizado e seguro, pois enquanto os seres humanos agem na cena pública são livres. A ação é fundamental na concepção de liberdade de Arendt, pois ela acontece diante dos outros e possibilita a criação de um novo cenário, pois a ação pode interromper o curso dos acontecimentos e estabelecer uma nova realidade. A ação política acontece na condição do aparecimento do corpo em público. Portanto, a ação pode redefinir os rumos do mundo em comum.

A pensadora trata a liberdade como ação e participação nos assuntos públicos, bem como uma potência que pode originar novos começos e, por isso, não pode ser vivenciada na interioridade do sujeito ou na esfera privada. Por isso, a liberdade, em sua mais profunda vivência, é política. Ser livre significa agir. A liberdade é experimentada e vivenciada enquanto se age. E o que significa o agir? Está ligado ao direito de usar a palavra, discursar para outras pessoas que assistem a cena pública e pensar e julgar ações.

Importante destacar que, para Arendt, para que se possa atuar no espaço público, é preciso estar livre das necessidades da vida, ou seja, o trabalho, que nos garante a sobrevivência, precisa existir de forma que libere os seres humanos para outras atividades. Não existe liberdade na necessidade. Por isso, é preciso a existência de instituições públicas e leis que garantam a sobrevivência dos cidadãos, que permitirá a participação dos sujeitos na deliberação dos assuntos comuns, bem como garantirão o poder da ação. Aqui, ela novamente retoma os gregos, uma vez que “antes que os homens comessem a agir, era necessário assegurar um lugar definido e nele erguer

uma estrutura dentro da qual pudesse ocorrer todas as ações subsequentes” (Arendt, 2014. p. 241). Para Arendt, aqueles que agem a partir da necessidade, não podem ser compreendidos como buscadores pela liberdade, mas sim como um movimento de libertação. Libertação e liberdade são conceitos diferentes em Arendt. O primeiro, coloca os sujeitos na luta por necessidades básicas e a liberdade somente poderá ser alcançada quando não estivermos famintos.

A autora, portanto, considera que somos livres na cena pública, no palco dos assuntos comuns, pois a liberdade é uma experiência concreta ao ser vivenciada no domínio público. Portanto, ação no espaço público e liberdade se complementam. Logo, a política não é um assunto do Estado, mas das ações humanas e, para que essas ações aconteçam, é preciso proteger a cena pública para que os sujeitos possam falar, ouvir, ver e atuar na cena, uma vez que esses elementos representam o exercício corporal e linguístico dos direitos. É fundamental a formalização da esfera pública.

Judith Butler na obra *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, publicada no Brasil em 2019, retoma e atualiza o conceito de liberdade e ação de Hannah Arendt. O objetivo da obra de Butler é o de pensar uma teoria política da convivência, entre sujeitos não semelhantes, em meio a uma sociedade calcada na violência contra determinados corpos e que define vidas que são vivíveis e vidas morríveis.

Política para Butler se assemelha a Arendt, ou seja, é uma ação que se faz junto, ela é essencialmente agregadora.

[...] quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público [...] eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político [...] (Butler, 2019. p. 17).

Nós, seres humanos, não existimos fora da convivência, pois não existe vida sozinho e sempre é necessário o reconhecimento pelo outro. Logo, agir supõe o outro necessariamente e somente é possível dentro de uma relação, pois “se reunindo em público, juntas para serem vistas e ouvidas, como uma presença política e uma força plural” (Butler, 2019. p. 31).

Considerações finais

Ao colocar luz sobre o pensamento de Foucault, foi possível entender a liberdade como algo a ser fabricado para que o Estado possa gerir o conjunto da população, embora pareça atuar muito pouco sobre as decisões individuais. Tendo como foco o ideário liberal, Foucault alerta que o dispositivo de segurança não é menos importante ou menos eficaz que o dispositivo disciplinar, que por tanto tempo regulou os corpos dos indivíduos.

Ao entender o dispositivo de segurança enquanto ferramenta de poder, fica evidente que o liberalismo, para Foucault, não é a doutrina que aceita a liberdade. Mesmo assim, a liberdade foi apresentada por muitos enquanto sinônimo da mínima intervenção do Estado nos interesses e desejos individuais. Esse entendimento pode ser explicado, em alguma medida, pelo que Hannah Arendt chama de “interiorização da liberdade”. A autora defende que no cristianismo, a noção de liberdade está no domínio interno do indivíduo, na interioridade. De maneira totalmente oposta, Arendt defende que é no espaço público, bem como na participação dos assuntos comuns, que o sujeito é livre.

Como a escola pode incorporar essas discussões? Bom, se a escola estiver inserida em uma sociedade onde coexiste liberdade de lucro e sujeitos desapropriados de direitos, ela deve refletir sobre as possibilidades de mudança desse cenário. Daí ela cumprirá um duplo papel: o papel educativo ao calcar essa discussão em referenciais científicos e o papel formativo ao preparar indivíduos que acreditem no bem comum. Esse é o ideário de conviver, em que todas as vidas usufruam das mesmas liberdades em detrimento da simples coexistência. Para alcançar esse ideário, é necessário assumir a liberdade como um compromisso ético e ação política.

A liberdade, como ação política, não significa ao sujeito pertencer ao Estado, ter acesso a um cargo político, a militar em um partido ou grupo, mas a experiência da convivência, do diálogo, da responsabilidade comum. Por isso, política, ação e liberdade são indissociáveis em Hannah Arendt. A política é resultado da ação de mulheres e homens livres e, se são livres, o resultado de sua ação é indeterminado, pois é resultado da sua vontade e, a partir da ação política livre, podemos criar um mundo novo. Assim,

Arendt aponta na política o sentido da natividade, ou seja, o nascimento de algo novo onde a política é o espaço da pluralidade humana, da potência da sua criatividade e inovação.

A liberdade do ser humano, portanto, estabelece um desafio à educação, pois educar significa acolher os sujeitos que não conhecem o mundo e prepará-los para assumir os legados da humanidade. Assim, os estudantes devem ser protegidos para que possam desenvolver suas singularidades num mundo plural.

A educação e liberdade, deste modo, estão diretamente conectados uma vez que os estudantes precisam de ajuda na compreensão do mundo em que nasceram, assim como de instrumentos para modificá-lo e, somente a liberdade, nos possibilita construir algo novo. Apesar da barbárie presente no mundo atual é preciso apostar no ser humano e em um mundo humanizante. Nesse sentido, liberdade, responsabilidade e esperança se entrelaçam na busca em conferir dignidade em nossa existência.

A educação ganha, nesse cenário, um duplo papel: cuidar do que já existe e de sua preservação e, também, do novo e sua singularidade e pluralidade e, isso somente será construído, por meio do exercício da liberdade. A capacidade de ação dos seres humanos torna o futuro absolutamente imprevisível e, a educação para a liberdade, tem o dever de contribuir para que, no âmbito da ação, os estudantes não ajam de forma isolada, mas sim na busca de um mundo comum.

REFERÊNCIAS

- ARENDR, Hannah. **As origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia do Bolso, 2013.
- ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.
- ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do Mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RUBIANO, Mariana de Mattos. **Liberdade em Hannah Arendt**. Dissertação de Mestrado (Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2011.

Submetido em: 17/03/2024

Aceito em: 29/03/2024